

Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
10/01/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 1

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
10/01/2013.

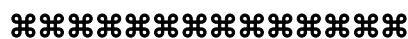
Mandato de 2009/2013
Ata nº 1

Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 9:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.



ORDEM DO DIA

1. REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
2. REQ. N.º 2025/12 – PC N.º 365/12 – RATISBONA PROMOÇÕES E CONSTRUÇÕES SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.
3. REQ. N.º 2071/12 – PC N.º 370/12 – SILVIA MARIA JERONIMO CALADO
4. REQ. N.º 1952/12 – PC N.º 31/11 – INTERMOLDE – MOLDES VIDREIROS INTERNACIONAIS LDA.
5. REQ. N.º 1421/12 – PC N.º 251/12 – SERVIÇOS SOCIAIS DA P.S.P.
6. REQ. N.º 10/13 – PC N.º 7/13 – LUSITANIAGAS COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

7. REQ. N.º9/13– PC N.º6/13– LUSITANIAGAS COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
8. REQ. N.º3/13– PC N.º1/2013– LUSITANIAGAS COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
9. REQ. N.º5/13– PC N.º3/13– LUSITANIAGAS COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
10. REQ. N.º6/13– PC N.º4/13– LUSITANIAGAS COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
11. REQ. N.º7/13– PC N.º5/13– LUSITANIAGAS COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
12. REQ. N.º11/13– PC N.º8/13– LUSITANIAGAS COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
13. REQ. N.º 2004/12 – PC N.º 303/12 – ERNESTO GOMES
14. REQ. N.º 1922/12 – PC N.º 168/12 – SELMA CARINA DA CUNHA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO
15. REQ. N.º 2069/12 – PC N.º 413/11 – ELÍSIO FERNANDO MENINO SANTIAGO LOPES
16. REQ. N.º 1087/10 – PC N.º 96/10 – LITORALTUR – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.
17. REQ. N.º 1886/12 – PC N.º 271/11 – VITOR MANUEL CONCEIÇÃO GASPAR
18. ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA O ANO DE 2013.
19. ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS TENDENTES AO PROVIMENTO DE TITULARES DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º E 3.º GRAUS – CHEFE DE DIVISÃO E CHEFE DE UNIDADE, RESPECTIVAMENTE.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de um processo de obras particulares, que identificou, o que foi por todos aceite, sendo o mesmo discutido e votado após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.

- **O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Estacionamento na Travessa Manuel Laranjeiro Guerra – foi contactado pelos moradores, que lhe pediram para apresentar o seu problema, uma vez que as tentativas de contacto com os serviços camarários, por mail e por telefone, não têm resultado. Não há estacionamento de qualquer dos lados da referida rua, os moradores não têm garagem, alguns deles têm 2 carros, e têm que os deixar na rua, impedindo os camiões de passar. Nestas situações chamam a polícia e são todos multados, pelo que pedem, tal como a própria polícia já sugeriu, que seja feita uma marcação de uma pequena parte do passeio, de modo a permitir o estacionamento. Entende que os serviços deveriam ir ao local e tentar solucionar o problema.
- ⇒ Critérios de atribuição de apoios desportivos – há uns tempos atrás pediu para ser incluído o apoio à patinagem de velocidade da Escola Guilherme Stephens. Dado que os resultados têm sido meritórios, e porque ainda não veio nada à reunião, informa que vai trazer uma proposta, que vai pedir para agendar para a próxima reunião, apesar de saber que não é o procedimento habitual.

- **O Sr. Vereador Dr. António Santos abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Atraso na disponibilização das atas – só se encontram disponíveis para consulta na internet até setembro/2012, pelo que chama a atenção para este atraso.
- ⇒ UDL e Resinagem – voltou a solicitar o ponto da situação sobre o Protocolo celebrado com a UDL bem como sobre a obra da Resinagem. Já apresentou este mesmo pedido por diversas vezes, em agosto, em outubro e em dezembro de 2012, e ainda não obteve resposta, pelo que gostaria que o executivo permanente fizesse uma introspeção e pensasse qual seria a sua reação se estivesse na oposição.

- **O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Desejou a todos um bom ano de 2013.

- ⇒ Referiu a observação feita pelo Presidente relativamente à presença da comunicação social na reunião pública aquando do pedido de respostas apresentado pelo Dr. António Santos, pois não lhe parece que as questões deixem de ser colocadas só porque estão presentes jornalistas.
- ⇒ Na sequência da reunião que se realizou por iniciativa do Jornal da Marinha sobre o comércio no centro tradicional, e que contou com a presença do Presidente da Câmara e da ACIMG, e atendendo à responsabilidade que cabe à Câmara, gostaria de saber em que ponto é que estamos no que diz respeito à reabilitação do centro tradicional, para além das obras que estão a decorrer e dos passos que já foram dados.
- ⇒ Relativamente ao ATRIUM, gostaria de saber se há algum desenvolvimento no que respeita aos contactos para instalar serviços e o que há de concreto para este espaço.
- ⇒ Qual é neste momento a data limite para a conclusão das obras do Teatro e da Resinagem.
- ⇒ Pavimentos e passeios degradados – qual o ponto de situação no que respeita à sua reparação.

▪ **Relativamente às questões colocadas pelos Srs. Vereadores, o Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

- ⇒ ATRIUM – veio cá uma técnica do Ministério da Justiça e o espaço poderá vir a servir para instalar os serviços do Ministério Público, provisoriamente, enquanto decorrerem obras no Tribunal, dado que este, com o novo mapa judiciário, irá ganhar novas valências.
- ⇒ Datas para conclusão das obras – o jardim Stephens está previsto para março. Sobre a Resinagem e a Casa da Cultura virá informação à próxima reunião, uma vez que têm que ser recalendarizadas.
- ⇒ Centro tradicional – a Câmara está a preparar quatro discussões alargadas com as populações, sendo que a primeira se realizará no centro da cidade e as restantes nas coletividades. Dado que se encontrava presente a Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Dr.^a Inês M;arrazes, foram por ela explicados, de forma sucinta, os planos para reabilitar as ARU (áreas de reabilitação urbana), delimitando esta área e a metodologia a seguir, bem como o envolvimento das populações.
- ⇒ Estrada do Guilherme – o Vereador Paulo Vicente reuniu na 2.^a feira com a Proteção Civil, os nossos serviços técnicos, a PSP e os Bombeiros, para analisar a situação da viragem à esquerda naquele local. Neste momento quem sai da zona comercial e habitacional vira à esquerda, para sul. Para quem vai de norte para sul, e porque não há espaço para fazer uma faixa de viragem, e também por estar muito próximo dos semáforos e poder causar constrangimentos, deverá manter-se a situação existente, segundo opinião dos técnicos e das forças de segurança.

A este propósito, o **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** referiu que respeita a opinião dos técnicos, mas entende que a descontinuação do traço contínuo não traz inconvenientes, e neste caso cabe à Câmara a responsabilidade de agir.

⇒ Requerimento do Sr. Vereador Dr. António Santos sobre a Resinagem – o **Sr. Presidente** informou que quando houver qualquer notícia que possa vir a ser discutida ela será aqui presente na reunião. Neste momento não há nada.

O **Sr. Vereador Dr. António Santos** referiu que caso as negociações estejam a decorrer gostaria de vir a ser informado das propostas existentes.

Sobre este mesmo assunto o **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** entende, considerando o tempo decorrido, que ou a empresa se deu por satisfeita com o facto de ter ganho em Tribunal, o que não lhe parece credível, ou então tem que haver negociações e dados em cima da mesa, tem que haver propostas e contra-propostas, só que aqui à Câmara não chega nada. Para si esta é que é a realidade.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que é óbvio que a empresa vai querer uma indemnização, mas não há valores concretos, e neste momento, tal como a Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho concluiu, não podemos avançar com mais nenhuma informação para não prejudicar essas negociações.

⇒ Reparação de pavimentos e passeios – o **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que está preparado um procedimento para avançar com as pavimentações, bem como com os passeios.

⇒ Patinagem de velocidade – a **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** informou que é intenção do executivo permanente apoiar esta atividade.

O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** informou que irá enviar a proposta para agendar para a próxima reunião.

▪ **A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho solicitou o seguinte:**

⇒ Cópia do ofício da Mais Centro, de 08/06/2012, que informa a Câmara que anula o financiamento da verba destinada à J. Ferreira Custódio.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de antes da ordem do dia, seguiu-se a apresentação técnica dos documentos que fundamentam a proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, efetuada pela Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Dr.ª Inês Marrazes.

1 - REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

1 - Presente informação da Chefe de Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projetos, IM/119/2012 DE 16 de dezembro de 2012 e Relatório fundamentado de avaliação da execução do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande propondo o início da Revisão do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande:

- Considerando que o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande foi ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 37/95, de 21 de abril publicada na I.ª série – B do Diário da República n.º 94;
- Posteriormente viria a ser objeto de uma alteração, ratificada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 153/98, de 30 de dezembro publicada na I.ª série – B do Diário da República n.º 300;
- Considerando o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 98.º do RJIGT (Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro na sua redação atual), que refere que a revisão do plano municipal de ordenamento do território possa decorrer da *“necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazos, das condições económicas, sociais, culturais ambientais que determinaram a respectiva elaboração, tendo em conta os relatórios de avaliação da execução dos mesmos”*;
- Por sua vez o n.º 3 do artigo 98.º do RJIGT, refere que *“os planos diretores municipais são obrigatoriamente revistos decorrido que seja o prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor ou após a sua última revisão”*.

Face ao exposto e considerando:

- Que são passados mais de 17 anos desde a sua entrada em vigor e o imperativo legal suprarreferido;
- Que no período de tempo decorrido desde a sua execução e entrada em vigor – 1995 – assistiu-se a um conjunto significativo de alterações legais e regulamentares que só por si justificam o processo de revisão;
- A evolução das condições socioeconómicas, culturais, ambientais que constituíram a envolvente da sua elaboração, conforme o Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal e de identificação dos principais fatores de evolução do município, anexo à presente informação, o demonstra;

- A Câmara delibere promover a revisão do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande;
- A sua elaboração decorra e esteja concluída no prazo máximo de quatro anos, contados a partir da presente deliberação;
- Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 77º do RJIGT, se fixe em 30 dias úteis o prazo para a formulação de sugestões e para a apresentação de informação sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento da revisão do Plano Diretor Municipal;
- Da presente deliberação seja dado conhecimento à CCDDR-Centro, solicitando-se a marcação de uma reunião preparatória, para constituição da comissão de acompanhamento.

1. Dar início ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande;
2. A sua elaboração decorra e esteja concluída no prazo máximo de quatro anos, contados a partir da presente deliberação;
3. Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 77º do RJGT, se fixe em 30 dias úteis o prazo para a formulação de sugestões e para a apresentação de informação sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento da revisão do Plano Diretor Municipal;
4. Da presente deliberação seja dado conhecimento à CCDDR-Centro, solicitando-se a marcação de uma reunião preparatória, para constituição da comissão de acompanhamento.

Terminada a apresentação deste ponto da ordem do dia o Sr. Vereador Dr. António Santos enalteceu o trabalho da equipa que elaborou os documentos em apreço, aspeto que também foi reforçado pelo Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira, que agradeceu a boa resposta às dúvidas suscitadas.

A reunião foi interrompida pelas 13:00 horas, para almoço, sendo retomada pelas 14:30 horas.

Página 8 de 30

**2 - REQ. N.º 2025/12 – PC N.º 365/12 – RATISBONA PROMOÇÕES E
CONSTRUÇÕES SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.**

2 - Presente Pedido de Informação Prévia em nome de RATISBONA PROMOÇÕES E CONSTRUÇÕES SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA para a instalação de um supermercado, num terreno sito na Av. Vitor Gallo, na Marinha Grande.

Presente informação técnica que atesta encontrar-se a proposta dentro dos parâmetros urbanísticos previstos para o local.

Após a análise da pretensão, a Câmara deliberou:

Informar, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de Junho, que a proposta apresentada se encontra elaborada em conformidade com os instrumentos de gestão territorial vigentes, nomeadamente com o PDM da Marinha Grande.

Mais deliberou informar que o respetivo processo de comunicação prévia a apresentar, relativo ao edifício pretendido, deverá ser elaborado e instruído nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e respetiva legislação anexa, ficando condicionado:

- 1. Ao recuo de 1,00 m da proposta na Rua das Piscinas para o alargamento do perfil viário daquele arruamento, por forma a minorar os problemas que nele se verificam atualmente;**
- 2. À entrega da respetiva autorização/parecer favorável por parte das Estradas de Portugal, E.P. quanto à acessibilidade à EN 242.**

Deliberou igualmente informar que instalação do estabelecimento pretendido se encontra sujeito ao regime de autorização, nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei 21/2009, de 19 de junho.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor, 2 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Vítor Pereira e Dr.ª Alexandra Dengucho e 1 voto contra do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

3 - REQ. N.º 2071/12 – PC N.º 370/12 – SILVIA MARIA JERONIMO CALADO

3 - Presente pedido de licenciamento de obra de construção de muro de vedação com 56,50 metros de comprimento, tendo pilares com 1,50 m de altura com espaçamentos de 5,00 m, ligados com panos em alvenaria com 0,80 m de altura, encimado com painéis de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 10/01/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 1

chapa metálica com 0,70m, a erigir na frente do prédio urbano com a área de 3614,00 m2, inscrito na matriz sob o n.º 19680-P e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9975/19960429, confinante com a Rua dos Fetos, no lugar do Bico da Garcia, Freguesia de Marinha Grande.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou deferir com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos seguintes elementos:**
 - a) Projeto de estabilidade nos termos do disposto no n.º 4 do Art.º 20º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março;**
 - b) Peças gráficas contendo a localização dos contadores e recetáculo postal;**
 - c) Referenciação do número de processo camarário respeitante às construções existentes no prédio e representadas na planta de implantação.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º1952/12 – PC N.º 31/11 – INTERMOLDE – MOLDES VIDREIROS INTERNACIONAIS LDA.

4 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “Ampliação de Unidade Industrial” existente, localizada nos Lotes 21 e 22 da Zona Industrial da Marinha Grande, Casal da Lebre, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 24/02/2011 e alvará de licença de construção nº 117/11 emitido em 16/12/2011 e com termo em 15/12/2012.

Presente Pedido de Licenciamento referente a obras de Alteração ao Projeto Inicial, com data de entrada de 28/11/2012.

Presentes informações técnicas dos serviços, que atestam estar o Projeto de Alterações de Arquitetura e os Projetos de Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Execução do passeio, na extensão total do prédio confinante com a via pública, cujo alinhamento, dimensão e materiais deverá ser oportunamente definido pelos serviços técnicos competentes desta câmara.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão**

do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do artigo 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 1421/12– PC N.º 251/12 –SERVIÇOS SOCIAIS DA P.S.P.

5 - Presente Pedido de Parecer Prévio relativo às obras de alterações e ampliação de um bloco habitacional de duas moradias unifamiliares, no âmbito da promoção e gestão do parque habitacional do Estado, a levar a efeito no complexo dos Serviços Sociais da P.S.P., sito na Avenida Marginal, Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 7.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março.

Após a análise da pretensão, a Câmara deliberou:

Emitir parecer favorável à pretensão, por se confirmar a isenção de controlo prévio, dado a operação urbanística ser enquadrável na alínea c) do n.º 1 do Art.º 7º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30 de março e se verificar o cumprimento do n.º 6 do mesmo articulado legal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º10/13– PC N.º7/13– LUSITANIAGAS COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

6 - Presente Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 1,00 m de betuminoso, 1,50 m de calçada e 1,00 m de terra, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a realizar no Beco da

Juventude, n.º 10, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico dos serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:

Deferir o Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 1,00 m de betuminoso, 1,50 m de calçada e 1,00 m de terra, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a realizar no Beco da Juventude, n.º 10, Freguesia de Marinha Grande, devendo os pavimentos ser repostos de modo a que o piso fique, no mínimo, como se encontra antes da intervenção pretendida, bem como ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável. Deverá ainda solicitar previamente o acompanhamento da execução dos trabalhos pela DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º9/13– PC N.º6/13– LUSITANIAGAS COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

7 - Presente Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 2,00 m de betuminoso, 2,00 m de calçada e 1,00 m de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a realizar na Rua Principal – Pilado, Rua Central à Tojeira, n.º 2 e R. D. Mariana Barosa, n.º 26, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico dos serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:

Deferir o Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 2,00 m de betuminoso, 2,00 m de calçada e 1,00 m de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a realizar na Rua Principal – Pilado, Rua Central à Tojeira, n.º 2 e R. D. Mariana Barosa, n.º 26, Freguesia de Marinha Grande, devendo os pavimentos ser repostos de modo a que o piso fique, no mínimo, como se encontra antes da intervenção pretendida, bem como ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável. Deverá ainda

solicitar previamente o acompanhamento da execução dos trabalhos pela DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º3/13– PC N.º1/2013– LUSITANIAGAS COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

8 - Presente Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Central, n.ºs 101 r/c, 101 1.º, 95 e 103 1.º, Garcia, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico dos serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala destinada a realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Central, n.ºs 101 r/c, 101 1.º, 95 e 103 1.º, Garcia, Freguesia de Marinha Grande, devendo os pavimentos ser repostos de forma a assegurar as condições iniciais e o solo devidamente compactado para evitar abatimentos, por forma a que o piso fique, no mínimo, como se encontra antes da intervenção pretendida, devendo, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável. Deverá, ainda, ser previamente solicitado o acompanhamento da execução dos trabalhos pela DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º5/13– PC N.º3/13– LUSITANIAGAS COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

9 - Presente Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 16,00 m de betuminoso, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a realizar na Rua das Figueiras, n.º 5-A e na Rua das Sorraipas, n.º7, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico dos serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:

Deferir o Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 16,00 m de betuminoso, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a realizar na Rua das Figueiras, n.º 5-A e na Rua das Sorraipas, n.º 7, Freguesia de Marinha Grande, devendo os pavimentos ser repostos de modo a que o piso fique, no mínimo, como se encontra antes da intervenção pretendida, bem como ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável. Deverá ainda solicitar previamente o acompanhamento da execução dos trabalhos pela DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º6/13– PC N.º4/13– LUSITANIAGAS COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

10 - Presente Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 5,50 metros de betuminoso e 2,50 metros de calçada, para execução de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a realizar na Rua Outeiro do Mar, n.º 31, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo de parecer técnico dos serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:

Deferir o Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 5,50 metros de betuminoso e 2,50 metros de calçada, para execução de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a realizar na Rua Outeiro do Mar, n.º 31, Freguesia de Vieira de Leiria, devendo os pavimentos ser repostos de modo a que o piso fique, no mínimo, como se encontra antes da intervenção pretendida, bem como ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável. Deverá ainda solicitar previamente o acompanhamento da execução dos trabalhos pela DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º7/13– PC N.º5/13– LUSITANIAGAS COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

11 - Presente Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 6,00 m de betuminoso e 1,50 m de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a realizar na Rua Catarina Eufémia, n.º 30, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico dos serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:

Deferir o Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 6,00 m de betuminoso e 1,50 m de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a realizar na Rua Catarina Eufémia, n.º 30, Freguesia de Marinha Grande, devendo os pavimentos ser repostos de modo a que o piso fique, no mínimo, como se encontra antes da intervenção pretendida, bem como ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável. Deverá ainda solicitar previamente o acompanhamento da execução dos trabalhos pela DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º11/13– PC N.º8/13– LUSITANIAGAS COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

12 - Presente Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 2,00 m de betuminoso e 1,50 m de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a realizar na Rua do Lamarão da Embra, n.º 11, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico dos serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:

Deferir o Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 2,00 m de betuminoso e 1,50 m de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a realizar na Rua do Lamarão da Embra, n.º 11, Freguesia de Marinha Grande, devendo os pavimentos

ser repostos de modo a que o piso fique, no mínimo, como se encontra antes da intervenção pretendida, bem como ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável. Deverá ainda solicitar previamente o acompanhamento da execução dos trabalhos pela DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N.º 2004/12 – PC N.º 303/12 – ERNESTINO GOMES

13 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “Legalização de Obras de Alteração e Ampliação” de moradia existente, localizada na Estrada da Maceira, Lugar de Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, dispondo dos seguintes antecedentes:

Processo Camarário n.º 1326/1962, em nome de Ernestino Gomes, referente ao Licenciamento da obra de “Construção de Moradia” à qual foi atribuída o Alvará de Licença n.º 457/1962, de 23/10.

Processo Camarário n.º 1007/1963, em nome de Ernestino Gomes, referente ao Licenciamento da obra de “Construção de um Muro” à qual foi atribuída o Alvará de Licença n.º 264/1963, de 28/03.

Processo Camarário n.º 3245/1969, em nome de Ernestino Gomes, referente ao Licenciamento da obra de “Ampliação de uma Moradia” à qual foi atribuída o Alvará de Licença n.º 832/1969, de 27/11.

Processo Camarário n.º 1781/1977, em nome de Ernestino Gomes, referente ao Licenciamento da obra de “Construção de um Muro” à qual foi atribuída o Alvará de Licença n.º 38/1978, de 09/01.

Processo Camarário n.º 767/1981, em nome de Ernestino Gomes, referente ao Licenciamento da obra de “Conservação, Alteração e Ampliação de Moradia” à qual foi atribuída o Alvará de Licença n.º 982/1981, de 15/10.

Processo Camarário n.º 1273/1982, em nome de Ernestino Gomes, referente ao aditamento ao Processo n.º 767/1981, à qual foi atribuída o Alvará de Licença n.º 1105/1982, de 09/12.

Processo Camarário n.º 218/2006, em nome de Ernestino Gomes, referente ao Licenciamento da “Legalização de Alteração e Ampliação de Moradia” e “Legalização da Construção de Anexos”, à qual foi atribuído o Alvará de Licença n.º 124/2008, de 20/05.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N.º 1922/12 – PC N.º 168/12 – SELMA CARINA DA CUNHA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO

14 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “Instalação de um Centro Infantil de Baybysitting”, num espaço existente correspondente à fração autónoma designada pela letra “A”, destinada a comércio e/ou serviços, de um edifício localizado na Avenida José Gregório, Freguesia de Marinha Grande, constituído no regime de Propriedade Horizontal. Presente Projeto de Segurança Contra Riscos de Incêndio, aprovado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil do Ministério da Administração Interna, com as seguintes condições:

“(…) A licença de utilização não deverá ser concedida sem ser verificado o cumprimento do projeto agora aprovado, dependente de vistoria.

Deverão ser apresentadas as Medidas de AutoProtecção de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do Art. 34.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 Novembro. (…)

Presente parecer técnico dos serviços que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N.º 2069/12 – PC N.º 413/11 – ELÍSIO FERNANDO MENINO SANTIAGO LOPES

15 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “Remodelação e Ampliação de uma Habitação Unifamiliar” existente, localizada num prédio urbano sito na Avenida do Farol, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 5/07/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**
- 2. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**
- 3. Nos termos do art. 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil a levar a efeito nas praias do Concelho, ficam suspensas entre o dia 1 de Julho e 31 de Agosto.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**16 - REQ. N.º 1087/10 – PC N.º 96/10 – LITORALTUR – EMPREENDIMENTOS
IMOBILIÁRIOS, LDA.**

16 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “Construção de uma Moradia Unifamiliar”, a levar a efeito num prédio urbano sito na Rua das Vergieiras, Freguesia de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos dos serviços referindo a desconformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo o indeferimento do Projeto de Arquitetura apresentado, nos termos do disposto no n.º 5 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por ausência de arruamento condigno ou infraestruturas que sirvam o prédio em causa, constituindo a obra projetada, uma sobrecarga incompatível para as infraestruturas atualmente existentes.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou indeferir, nos termos do disposto no n.º 5 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por ausência de arruamento condigno ou infraestruturas que sirvam o prédio em causa, constituindo a obra projetada, uma sobrecarga incompatível para as infraestruturas atualmente existentes.

Mais deliberou informar, que foi ultrapassado o prazo concedido, ao abrigo dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, comunicado através do anterior Ofício n.º 130/12, de 09/02, sem que o requerente tenha apresentado qualquer tipo de alegações às questões que motivaram o indeferimento da pretensão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N.º 1886/12 – PC N.º 271/11 – VITOR MANUEL CONCEIÇÃO GASPAR

17 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “Ampliação de Oficina de Reparação Automóvel” existente, localizada na Rua Central, Garcia, Freguesia de Marinha Grande, dispondo dos seguintes antecedentes:

Processo Camarário n.º 1200/1988, em nome de Vitor Manuel Conceição Gaspar, relativo à obra de “Construção de uma Oficina de Reparação de Automóveis”, à qual foi atribuída Licença de Construção n.º 618, de 3/07/1989.

Processo Camarário n.º 490/06, em nome de Maria Isilda da Conceição Gaspar Alexandre, relativo ao destaque da parcela onde se situa a oficina em causa.

Presentes pareceres técnicos dos serviços referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação condicionada do Projeto de Arquitetura.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, dos projetos de especialidade aplicáveis,**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. **Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
2. **Nos termos do disposto no n.º 3 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17/07, diploma que estabelece o regime a que está sujeita a instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio ou de armazenagem de produtos alimentares, bem como dos estabelecimentos de comércio de produtos não alimentares e de prestação de serviços, antes da emissão da Autorização de Utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à Direção Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, Declaração Prévia prevista no art. 4.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 790/2007, de 23/07, na qual se responsabiliza que o estabelecimento cumpre todos os requisitos adequados ao exercício da atividade.**
3. **Deverá ser dado cumprimento do preceituado na legislação em vigor sobre o ruído.**
4. **Face à atividade em causa, a gestão dos resíduos ali produzidos será da responsabilidade do seu proprietário/explorador, pelo que deverá ter em conta o estabelecido no Regime Geral da Gestão de Resíduos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 05/09, devendo encaminhar os resíduos para um operador licenciado para o efeito.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA O ANO DE 2013.

18 - O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, que procede à adaptação à administração autárquica do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual (LVCR), dispõe que os orçamentos das autarquias locais prevêm verbas destinadas a suportar os encargos previstos no n.º 1 do artigo 7.º da LVCR, a saber:

- a) Remuneração dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções;
- b) Recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados no mapa de pessoal aprovado, e, ou, com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;
- c) Atribuição de prémios de desempenho.

Nos termos do preceituado no n.º 2 do citado artigo 5.º, compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos:

- a) Recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados no mapa de pessoal aprovado, e, ou;
- b) Alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;
- c) Atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores.

Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, o órgão executivo fixa fundamentadamente, o montante máximo, com as desagregações necessárias dos encargos que se propõe suportar, bem como o universo das carreiras e categorias onde as alterações do posicionamento remuneratório na categoria podem ter lugar.

Porém, e atendendo a que nos termos dos n.ºs 1 e 2 alíneas a) e b) do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, mantém-se em vigor a proibição de valorizações remuneratórias, designadamente as resultantes de alterações de posicionamento remuneratório e atribuição de prémios de desempenho, não pode o órgão executivo fixar quaisquer verbas para estes tipos de encargos.

Durante o ano de 2012, e em conformidade com a deliberação tomada pelo órgão executivo em 5 de janeiro, na qual foram fixados os montantes máximos a suportar com o recrutamento, foram encetadas as diligências necessárias no sentido de proceder à contratação dos postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal aprovado para aquele ano. Considerando que o procedimento concursal destinado ao recrutamento de 25 assistentes operacionais para a área da educação não foi ainda concluído, no orçamento das despesas correntes com pessoal para o ano de 2013, foi inscrita a respetiva verba, estimando-se o início de funções em setembro de 2013.

Na sequência da adequação da estrutura orgânica, por força da imposição legal prevista no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, foram criadas seis unidades orgânicas flexíveis lideradas por cargo de direção intermédia de 2.º grau, assim como dois cargos de direção intermédia de 3.º grau, responsáveis por uma área de competência técnica específica. Torna-se por isso necessário encetar os procedimentos necessários ao recrutamento dos referidos dirigentes.

Nestes termos, cabe ao órgão executivo decidir apenas sobre o montante máximo com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados no mapa de pessoal aprovado para 2013.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º, n.º 1 do artigo 7.º e artigo 13.º, todos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual. conjugado com os n.ºs 1 e 2 alíneas a) e b) do artigo 35.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, delibere aprovar e autorizar o seguinte:

- 1. A afetação de 221.778,00€ (duzentos e vinte e um mil, setecentos e setenta e oito euros) para o recrutamento dos dirigentes, assim como, dos 25 trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado, cujo recrutamento se iniciou no ano de 2011:**

| Modalidade de relação jurídica de emprego público | U.O | Cargo | N.º de postos de trabalho | Despesa* |
|---|------|---|------------------------------|------------|
| Nomeação em comissão de serviço | DFTI | Cargo de direção intermédia de 2.º grau – chefe de divisão | 1 | 20.633,00€ |
| | DAM | | 1 | 20.633,00€ |
| | DJC | | 1 | 20.633,00€ |
| | DOT | | 1 | 20.633,00€ |
| | DCD | | 1 | 20.633,00€ |
| | DISU | | 1 | 20.633,00€ |
| | DAM | Cargo de direção intermédia de 3.º grau – chefe de unidade | 1 | 11.880,00€ |
| | DOT | | 1 | 11.880,00€ |

* Considerada verba para 6 meses. Inclui vencimento, despesas de representação, subsídio de refeição, duodécimos do subsídio de Natal e contribuições à CGA.

| Modalidade de relação jurídica de emprego público | U.O | Categoria | N.º de postos de trabalho | Despesa* |
|---|-----|---|------------------------------|------------|
| Contrato de trabalho por tempo indeterminado | DCD | Assistente operacional (área de educação) | 25 | 74.230,00€ |

* Considerada verba para 4 meses. Inclui vencimento, subsídio de refeição, duodécimos do subsídio de Natal e contribuições à SS.

2. A não afetação de quaisquer verbas para alteração do posicionamento remuneratório e atribuição de prémios de desempenho, em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 2 alíneas a) e b) do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.
3. Tornar pública a presente deliberação, por afixação no Edifício dos Paços do Concelho e publicitação na página eletrónica do Município.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PSD e da CDU.

Os Srs. Vereadores da CDU proferiram a seguinte declaração de voto:

“Considerando que a necessidade de recrutamento de assistentes operacionais (área da educação) para as escolas do concelho foi uma necessidade manifestada pelo Partido Socialista no início do atual mandato.

Considerando que o procedimento concursal foi iniciado em 2011 e considerando ainda que existem dúvidas sobre a legalidade das respetivas admissões, manifestamos a nossa abstenção por considerarmos que a admissão dos citados funcionários se irá verificar no mês imediatamente anterior à data das eleições, o que se nos afigura uma medida manifestamente eleitoralista.

Contudo, não deixamos igualmente de manifestar a necessidade de ocupação dos postos de trabalho referenciados, embora continuem igualmente a subsistir dúvidas se a Câmara não está a assumir despesas que deverão ser da responsabilidade do poder central. Na realidade estamos a falar de uma despesa acrescida de cerca de 225.000 € anuais.”

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Considerando que:

- A contratação de pessoal operacional é uma necessidade imprescindível para dar as devidas condições às crianças das nossas escolas e que por isso encetámos o procedimento concursal em 2011;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 10/01/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 1

- *Que posteriormente foram introduzidas restrições à admissão de trabalhadores na função pública;*
- *Que foram encetados todos os procedimentos exigidos por lei e solicitados pareceres à CCDDR e à DREC a fim de garantir a regularidade da contratação em causa;*
- *Que pertence à Câmara o exercício das competências no âmbito do pré-escolar, e que a despesa com este pessoal será suportada pelas transferências das verbas de acordo com a contratualização existente com a DREC;*
- *Considerando que já está a decorrer o ano letivo com recurso aos CEI's e que existem condições para que no próximo ano letivo possamos ter colocados nas escolas os trabalhadores admitidos por concurso,*

Recusamos a acusação feita pelos Senhores Vereadores da CDU, como sendo a colocação dos referidos trabalhadores um ato eleitoralista, quando têm conhecimento que o procedimento concursal foi iniciado em 2011 e que foi neste mesmo ano feita a seleção dos candidatos. Que como também sabem só não foram recrutados porque a alteração da lei suscitou dúvidas que tiveram de ser esclarecidas antes da conclusão do processo."

19 - ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS TENDENTES AO PROVIMENTO DE TITULARES DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º E 3.º GRAUS – CHEFE DE DIVISÃO E CHEFE DE UNIDADE, RESPETIVAMENTE.

19 - Tendo em vista a adequação da estrutura orgânica municipal, em obediência ao n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na sua redação atual, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local, a Assembleia Municipal, em sessão extraordinária de 7 de dezembro, e sob proposta da Câmara Municipal de 29 de novembro, aprovou o modelo de estrutura orgânica dos serviços municipais, fixando o número máximo de seis (6) unidades orgânicas flexíveis e quatro (4) subunidades orgânicas.

Conforme dispõe o n.º 2 do artigo 4.º, conjugado com o artigo 9.º, ambos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a estrutura orgânica dos serviços municipais pode ainda prever cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior, no nosso caso concreto, dois (2) lugares.

Por Despacho N.º 299/GP/AP/2012, de 26 de dezembro de 2012, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, aplicável à administração local por força do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, cessaram, com efeitos a 31 de dezembro de 2012, as

designações em regime de substituição dos chefes de divisão da estrutura orgânica então em vigor.

Considerando a indispensabilidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços e a cabal prossecução das competências atribuídas a cada unidade orgânica, foram por Despacho N.º 300/GP/AP/2012, de 26 de dezembro, designados em regime de substituição, no cargo de direção intermédia de 2.º grau – chefe de divisão, com efeitos a 1 de janeiro de 2013, seis técnicos superiores, para as novas unidades orgânicas, observados todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo.

Foram também, designadas em regime de substituição, para exercerem o cargo de chefe de unidade (cargo de direção intermédia de 3.º grau), duas técnicas superiores por comprovadamente possuírem as qualificações profissionais, o perfil, as competências técnicas e pessoais e a aptidão para o exercício da função e ainda, por possuírem mais de três anos de experiência profissional na carreira técnica superior (cfr. Despacho N.º 301/GP/AP/2012, de 26 de dezembro).

Em conformidade com o preceituado no artigo 19.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, conjugado com os n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, por mais de 60 dias, desde que, para o efeito, se tenha iniciado o procedimento tendente à nomeação de novo titular.

Em 28 de dezembro de 2012, a Assembleia Municipal, ao abrigo da competência estatuída na alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, e alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de setembro, tendo em consideração o plano de atividades para o ano de 2013, e as competências das unidades orgânicas previstas no Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, aprovou o mapa de pessoal, onde foram previstos os postos de trabalho para os cargos de direção intermédia de 2.º e 3.º graus, com as áreas de formação académica a seguir elencadas:

Cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de divisão

- Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação – área de Economia/Gestão;
- Divisão de Administração e Modernização – área de Direito/Gestão;
- Divisão Jurídica e de Comunicação – área de Direito;
- Divisão de Ordenamento do Território – área de Planeamento Regional e Urbano/Gestão e Administração Pública;
- Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – área de Gestão e Administração Pública/Gestão;
- Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos – área de Engenharia Civil.

Cargo de direção intermédia de 3.º grau – Chefe de unidade

- Divisão de Administração e Modernização – área de Gestão Pública e Autárquica;
- Divisão de Ordenamento do Território – área de Gestão e Administração Pública.

Acresce ainda, que ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, a Câmara Municipal, deliberou aprovar e autorizar a afetação do montante de 147.558,00€ para o recrutamento de dirigentes tendo em vista o preenchimento dos postos de trabalhos previstos no mapa de pessoal e atualmente ocupados em regime de substituição.

A verba para o respetivo recrutamento está prevista no orçamento das despesas correntes com pessoal – ano económico de 2013, sob as classificações orgânicas e económicas que identificamos:

02 – Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação (DFTI)

- 01010902 – Vencimento: 14,569,74€;
 - 010111 – Despesas de representação: 1.085,82€;
 - 0101130402 – Subsídio de refeição: 555,00€;
 - 0101140402 – Subsídio de Natal: 1.215,00 €;
 - 0103050201 – Caixa Geral de Aposentações: 3.158,52€;
- Total: 20.584,08 €

03 – Divisão de Administração e Modernização (DAM)

- 01010902 – Vencimento: 14,569,74€ + 8.444,70€ = 23.014,44€;
 - 010111 – Despesas de representação: 1.085,82€;
 - 0101130402 – Subsídio de refeição: 555,00€ + 545,00€ = 1.100,00€;
 - 0101140402 – Subsídio de Natal: 1.215,00 € + 703,74€ = 1.918,74€;
 - 0103050201 – Caixa Geral de Aposentações: 3.158,52€;
 - 0103050202 – Segurança Social Regime Geral: 2.172,36€
- Total: 32.449,88 €

04 – Divisão Jurídica e de Comunicação (DJC)

- 01010902 – Vencimento: 14,569,74€;
 - 010111 – Despesas de representação: 1.085,82€;
 - 0101130402 – Subsídio de refeição: 555,00€;
 - 0101140402 – Subsídio de Natal: 1.215,00 €;
 - 0103050201 – Caixa Geral de Aposentações: 3.158,52€;
- Total: 20.584,08 €

05 – Divisão de Ordenamento do Território (DOT)

- 01010902 – Vencimento: 14,569,74€ + 8.444,70€ = 23.014,44€;
- 010111 – Despesas de representação: 1.085,82€;

- 0101130402 – Subsídio de refeição: 555,00€ + 545,00€ = 1.100,00€;
 - 0101140402 – Subsídio de Natal: 1.215,00 € + 703,74€ = 1.918,74€;
 - 0103050201 – Caixa Geral de Aposentações: 3.158,52€;
 - 0103050202 – Segurança Social Regime Geral: 2.172,36€
- Total: 32.449,88 €

06 – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (DCD)

- 01010902 – Vencimento: 14.569,74€;
 - 010111 – Despesas de representação: 1.085,82€;
 - 0101130402 – Subsídio de refeição: 555,00€;
 - 0101140402 – Subsídio de Natal: 1.215,00 €;
 - 0103050201 – Caixa Geral de Aposentações: 3.158,52€;
- Total: 20.584,08 €

07 – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos (DISU)

- 01010902 – Vencimento: 14.569,74€;
 - 010111 – Despesas de representação: 1.085,82€;
 - 0101130402 – Subsídio de refeição: 555,00€;
 - 0101140402 – Subsídio de Natal: 1.215,00 €;
 - 0103050201 – Caixa Geral de Aposentações: 3.158,52€;
- Total: 20.584,08 €

Total Geral: 147.236,08€

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, o recrutamento é precedido de aprovação pelo órgão executivo, ou seja, carece de aprovação pela Câmara Municipal.

Nestes termos, **a Câmara Municipal delibera ao abrigo da competência estabelecida nos artigos 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, aprovar a abertura de procedimento concursais tendentes ao provimento dos cargos de direção intermédia**, tendo em atenção os requisitos formais de provimento e o perfil exigido, tal qual se encontra caracterizado no mapa de pessoal:

- Cargo de direção intermédia de 2.º grau (chefe de divisão) para as seguintes unidades orgânicas:

- Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação;
- Divisão de Administração e Modernização;
- Divisão Jurídica e de Comunicação;
- Divisão de Ordenamento do Território;
- Divisão de Cidadania e Desenvolvimento;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 10/01/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 1

- Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos.

- Cargo de direção intermédia de 3.º grau (chefe de unidade), para as seguintes unidades orgânicas:

- Divisão de Administração e Modernização, cuja área de competência técnica abrange o controlo de processos, apoio técnico, monitorização e acompanhamento do SIADAP 1, 2 e 3; coordenação da aplicação de métodos e instrumentos de análise e apreciação da qualidade dos serviços prestados; controlo e gestão da execução orçamental das diversas áreas de intervenção da DAM; coordenação da desmaterialização e simplificação de métodos e processos de trabalho;
- Divisão de Ordenamento do Território, cuja área de competência técnica abrange o controlo de processos, atendimento e apoio administrativo da área do urbanismo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

20 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar o seguinte assunto:

1. REQ. N.º 1535/11 – PC N.º 255/11 – ROGÉRIO RAMOS ALMEIDA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 1535/11 – PC N.º 255/11 – ROGÉRIO RAMOS ALMEIDA

21 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de *"Instalação de um Cabeleireiro e Instituto de Beleza"*, a levar a efeito num espaço existente correspondente à Fração "E" de um edifício sito no Lote 3 da Rua Marquês de Pombal, Freguesia de Marinha Grande, dispondo dos seguintes antecedentes:

Processo Camarário n.º 575/1975, em nome de Rogério Ramos de Almeida e Maria Ramos de Almeida, referente ao licenciamento da obra de "Construção de um Prédio", à qual foi atribuída a Licença de Construção n.º 823/1975, de 23/09.

Processo Camarário n.º 30/2007, em nome de Rogério Ramos de Almeida, referente à obra que se pretende licenciar, aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 23/08/2007, dispondo de Parecer Favorável Condicionado emitido pela

Autoridade de Saúde - ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P, o qual se considera pertinente manter, transcrevendo-se:

"(...)

Tendo em consideração a atividade pretendida, deve ser dada especial atenção à ventilação/renovação do ar em todo o estabelecimento, nomeadamente em zonas interiores (instalação sanitária, zona de lavagem/secagem e cave), sendo que a zona de preparação de tintas merece uma vigilância acrescida, já que da atividade inerente são libertados produtos tóxicos que poderão por em causa a saúde e segurança dos trabalhadores e utentes. Deste modo, é pertinente a colocação de um sistema de extração forçada do ar neste local e a utilização simultânea de equipamento de proteção individual (E.P.I.), tais como, máscara, luvas e bata.

Dotar de armários individuais para os funcionários.

Chama-se apenas a atenção que a instalação sanitária existente, é dos funcionários, podendo servir cumulativamente para os clientes.

De uma forma geral, o estabelecimento em apreço deve cumprir com todos os normativos legais em vigor, para a atividade em apreço, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de Agosto (Regulamento Geral de Higiene e Segurança no Trabalho, em Estabelecimentos Comerciais de Escritório e Serviços) e a Portaria n.º 987/93, de 6 de Outubro.

(...)"

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos de Arquitetura e das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Cumprimento dos condicionalismos expressos no parecer emitido pela Autoridade de Saúde.**
- 2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
10/01/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 1

**exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou
comunicação prévia.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

22 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 17:15 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião